

JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL COMARCA DE MARINGÁ – ESTADO DO PARANÁ

= TERMO DE PENHORA =

Aos **OITO** dias do mês de **AGOSTO** do ano de **DOIS MIL E DEZOITO**, nesta cidade e Comarca de Maringá, Estado do Paraná, por delegação de poderes pela MM. Juíza de Direito Dra. MARIANA PEREIRA ALCÂNTARA MAGOGA, através da portaria 01/2011¹ conferidos a mim Escrivão Substituto do seu cargo abaixo nomeado, nos autos sob nº 0011323-37.2017.8.16.0017 de AÇÃO DE EXECUÇÃO POR TÍTULO EXTRAJUDICIAL movida por COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO UNIÃO PARANÁ SÃO PAULO – SICREDI UNIÃO PR / SP(CNPJ n.º 79.342.069/0001-53), em face de BIA ACESSÓRIOS LTDA (CNPJ n.º 10.913.946/0001-13), HELIO PALMA JUNIOR (CPF 003.780.309-30), MARIA ELIANE DA SILVA PALMA (CPF n.º 005.638.729-69) e EDEMILSON JOSÉ PALMA (CPF n.º 571.385.739-91), ficam penhorados nestes autos os imóveis pertencentes aos executados: “**1**) - Data de terras sob nº 13, na quadra 174, com área de 300,02 metros quadrados, situada no Parque Residencial Tuiuti, nesta cidade, com as divisas, metragens e confrontações constantes da Matrícula de nº. 29.345, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá/PR; **2**) - Data de terras sob nº 07, na quadra 159, com área de 391,56 metros quadrados, situada no Parque Residencial Ângelo Planas, nesta cidade, com as divisas, metragens e confrontações constantes da Matrícula 47.563, do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá/PR; **3**) - Data de terras sob nº 14, na quadra 174, com área de 300,02 metros quadrados, situada no Parque Residencial Tuiuti, nesta cidade, com as divisas, metragens e confrontações constantes da Matrícula 36.490, do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Maringá/PR.” -.....

OBS.: O valor da Dívida Perfaz o montante de **R\$ 471.625,79 (quatrocentos e setenta e um mil, seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos)**, atualizado até **17/05/2017**. -.....

Nada mais, se deu por encerrado o presente termo. (portaria 01/2011)ⁱ.

CARLOS EDUARDO PONCIANO
Escrivão Substituto

¹ A.15) assinar todos os termos e autos, com exceção de termo de nomeação de curador, e autos de arrematação e de adjudicação de bens imóveis, desde que dele conste a observação de que o faz sob autorização do juiz, com indicação do número desta portaria.